

SUMÁRIO

PARTE GERAL

Noções Fundamentais da Legislação Tributária e Empresarial

1 Introdução ao Estudo da Legislação Tributária, 3

- 1.1 Fontes do Direito, 3
- 1.2 Fontes Principais do Direito, 4
 - 1.2.1 Lei, 4
 - 1.2.1.1 Constituição, 4
 - 1.2.1.2 Emendas à Constituição, 5
 - 1.2.1.3 Leis Complementares à Constituição, 6
 - 1.2.1.4 Leis Ordinárias, 8
 - 1.2.1.5 Medidas Provisórias (MP), 8
 - 1.2.1.6 Resolução do Senado, 9
 - 1.2.1.7 Leis Delegadas, 9
 - 1.2.1.8 Decreto Legislativo, 10
 - 1.2.2 Tratados e Convenções Internacionais, 10
- 1.3 Fontes Secundárias do Direito, 10
 - 1.3.1 Decreto Regulamentar, 10
 - 1.3.2 Normas Complementares das Leis, dos Tratados e dos Decretos, 11
 - 1.3.3 Jurisprudência, 11
 - 1.3.4 Usos e Costumes, 12
- 1.4 Vigência da Legislação Tributária, 12
- 1.5 Aplicação da Legislação Tributária, 13
- 1.6 Interpretação e Integração da Legislação Tributária, 14

2 Tributos, 18

- 2.1 Conceito, 18
- 2.2 Espécies de Tributo, 19
- 2.3 Impostos, 20
- 2.4 Taxas, 22
- 2.5 Contribuição de Melhoria, 22
- 2.6 Contribuições Federais, 23
 - 2.6.1 Contribuições Sociais, 24

- 2.6.2 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), 25
- 2.6.3 Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), 26
- 2.7 Contribuições Municipais e do Distrito Federal, 27

3 Elementos do Tributo, 28

- 3.1 Elementos Fundamentais, 28
 - 3.1.1 Fato Gerador, 29
 - 3.1.2 Contribuinte ou Responsável, 31
 - 3.1.3 Base de Cálculo, 34
- 3.2 Elementos Complementares do Tributo, 35
 - 3.2.1 Alíquota, 35
 - 3.2.2 Adicional, 37
 - 3.2.3 Prazo de Pagamento, 37

4 Princípios Constitucionais Tributários, 39

- 4.1 Princípio da Legalidade, 39
- 4.2 Isonomia Tributária, 40
- 4.3 Irretroatividade Tributária, 41
- 4.4 Anterioridade, 42
 - 4.4.1 Exceções, 43
- 4.5 Do Esclarecimento do Consumidor, 44
- 4.6 Da Reserva de Lei para Anistia, 44
- 4.7 Da Reserva de Lei Complementar, 45

5 Renúncia Fiscal, 48

- 5.1 Isenção, 49
- 5.2 Imunidade Tributária, 50
 - 5.2.1 Imunidade do IPI, 52
 - 5.2.2 Imunidades do ICMS, 52
 - 5.2.3 Imunidade do ISS, 53
- 5.3 Não Incidência, 53
- 5.4 Incentivos Fiscais, 54
- 5.5 Redução de Alíquota ou Base de Cálculo, 55
- 5.6 Anistia de Créditos Tributários, 56
- 5.7 Parcelamento do Crédito Tributário, 56
 - 5.7.1 Conseqüências da Adesão ao Parcelamento do Crédito Tributário, 57

PARTE APLICADA

6 Noções Elementares de Legislação Empresarial, 61

- 6.1 Ato e Negócio Jurídico, 61
 - 6.1.1 Fato Jurídico, 62
 - 6.1.2 Ato Jurídico, 63
 - 6.1.3 Negócio Jurídico, 64
 - 6.1.4 Contrato, 65
- 6.2 Sociedade, 66

7 Empresário, Empresa e Sociedades Empresária e Simples, 68

- 7.1 Empresário, 68
 - 7.1.1 Empresário Estabelecido com Firma Individual, 70
 - 7.1.2 Empresário Rural, 72
 - 7.1.3 Microempreendedor Individual – MEI, 74
- 7.2 Capacidade, 75
- 7.3 Empresa, 76
- 7.4 Sociedade Empresária, 77
- 7.5 Sociedade Simples, 77
 - 7.5.1 Conceito, 77
 - 7.5.2 Responsabilidade dos Sócios, 79
- 7.6 Cláusulas Específicas dos Contratos de Sociedades, 80
 - 7.6.1 Sociedade Simples, 80
 - 7.6.1.1 Sociedades Empresárias Prestadoras de Serviços, 81
 - 7.6.2 Sociedade Limitada, 81
 - 7.6.3 Contrato Social de Sociedade Limitada, 83
 - 7.6.4 Responsabilidade dos Sócios, 84
 - 7.6.5 Quotas de Capital Social, 86
 - 7.6.5.1 Administração, 87
 - 7.6.6 Conselho Fiscal, 89
 - 7.6.7 Deliberações dos Sócios, 90
 - 7.6.8 Direito de Retirada, 92
 - 7.6.9 Dissolução de Sociedade, 92
 - 7.6.9.1 Dissolução Total, 93
 - 7.6.9.2 Dissolução Parcial, 94
- 7.7 Investidores Não Sócios de PJ, 94
- 7.8 Sociedade de Propósito Específico, 97

8 Escrituração, 100

- 8.1 Dever de Escriturar, 100
- 8.2 Valor Probante da Escrituração, 104
 - 8.2.1 A Importância da Escrituração como Meio de Prova Extrajudicial e Judicial, 106

9 Normas Cíveis, Empresariais e Fiscalizatórias para as MPEs, 113

- 9.1 Normas Cíveis e Empresariais, 113
 - 9.1.1 Nome Empresarial, 116
- 9.2 Protesto de Títulos, 117
 - 9.2.1 Títulos de Crédito e Cheque, 118
 - 9.2.1.1 Duplicata Mercantil, 118
 - 9.2.1.2 Nota Promissória, 122
 - 9.2.1.3 Cheque, 123
- 9.3 Recuperação Judicial para as MPEs, 124
- 9.4 Normas Fiscalizatórias, 126

- 9.4.1 Fiscalização Tributária, 126
 - 9.4.1.1 Omissão de Informações, 130
- 9.4.2 Processo Administrativo Fiscal, 131
- 9.4.3 Processo Judicial, 132
- 9.4.4 Exclusão do Regime do Simples Nacional, 132
- 9.5 Obrigações Fiscais Acessórias, 134
- 9.6 Regime Trabalhista e Previdenciário das MPes, 135
 - 9.6.1 Dispensa de Obrigações Acessórias, 135
 - 9.6.2 Normas de Fiscalização, 138
- 9.7 Outras Disposições, 139
 - 9.7.1 Do Acesso aos Mercados, 139
 - 9.7.1.1 Aquisições Públicas, 139
 - 9.7.1.2 Acesso ao Mercado Externo, 141
- 9.8 Estímulo ao Crédito e à Capitalização, 141
- 9.9 Associativismo, 142
- 9.10 Estímulo e Apoio à Inovação, 143
- 9.11 Apoio e Representação, 145

10 Simples Nacional – Regime Tributário das MPes, 146

- 10.1 Legislação Anterior à LC nº 123/06, 146
- 10.2 Lei Complementar nº 123/06, 147
- 10.3 Definição de ME e EPP, 147
- 10.4 Definição de Receita Bruta, 148
 - 10.4.1 Cálculo do Limite de Receita Bruta no Início das Atividades e Excesso de Receita da EPP, 150
- 10.5 Vedações de Ingresso no Simples Nacional, 151
 - 10.5.1 Vedações quanto à Atividade Exercida pela ME e EPP, 151
 - 10.5.2 Vedações quanto à Estrutura Jurídica da Empresa, 153
 - 10.5.3 Vedações quanto aos Sócios da Empresa, 154
 - 10.5.4 Vedações quanto à Situação Fiscal, 157
 - 10.5.4.1 Parcelamento para Ingresso, 161
 - 10.5.5 Vedações Aplicáveis ao MEI, 162
- 10.6 Vedação de Apropriação de Créditos Tributários, 164
- 10.7 Tributos Abrangidos pelo Simples Nacional, 167
- 10.8 Normas para Cálculo dos Tributos, 169
 - 10.8.1 Base de Cálculo, 169
 - 10.8.1.1 Sublimites, 170
 - 10.8.2 Alíquotas, 172
- 10.9 Excesso de Receita, 175
- 10.10 Distribuição de Lucros Isenta do IR, 176

11 Tributação do Comércio, 179

- 11.1 Introdução, 179
- 11.2 Empresa Estabelecida, 179

- 11.3 Empresa que Inicia sua Atividade no Próprio Ano-Calendário, 180
- 11.4 Segregação da Receita, 182
- 11.5 Norma Geral da Substituição Tributária, 182
- 11.6 Exportação, 183
 - 11.6.1 Introdução, 183
 - 11.6.2 Normas sobre Exportação da Lei Geral, 184
 - 11.6.2.1 Tributação na Exportação, 185
- 11.7 Exemplo Prático, 185
- 12 Tributação da Indústria, 189**
 - 12.1 Introdução, 189
 - 12.2 Indústria com Atividade Durante o Ano-Calendário Anterior, 189
 - 12.3 Indústria que Inicia sua Atividade no Próprio Ano-Calendário, 191
 - 12.4 Indústria com Substituição Tributária apenas do IPI, 192
 - 12.5 Indústria com Substituição Tributária do IPI e do ICMS, 194
 - 12.6 Normas Gerais da Substituição Tributária, 194
 - 12.7 Produtos Exportados, 196
- 13 Tributação dos Serviços, 198**
 - 13.1 Introdução, 198
 - 13.2 Serviços Tributados na Forma do Anexo III, 199
 - 13.2.1 Determinação da Alíquota, 201
 - 13.2.2 Serviços do Anexo III com Retenção do ISS, 202
 - 13.2.3 Serviços de Locação de Bens Móveis, 203
 - 13.3 Serviços Tributados na Forma do Anexo IV, 204
 - 13.3.1 Serviços Advocatícios e Demais Serviços de Profissão Regulamentada, 206
 - 13.4 Serviços Tributados na Forma do Anexo V, 207
 - 13.4.1 Exceções dos Serviços Sujeitos à Tributação Prevista no Anexo V e no Anexo III, 208
 - 13.5 Escritórios de Serviços Contábeis, 211
 - 13.6 Prestação de Serviços de Comunicação e de Transporte Intermunicipais e Interestaduais de Cargas, 212
 - 13.7 Serviços com Incidência Simultânea de IPI e ISS, 213
 - 13.8 Serviços com Retenção Obrigatória do ISS na Fonte, 214
 - 13.9 Caso Prático: Alternativa pelo Lucro Presumido, 215
 - 13.10 Anexos da Lei Complementar nº 123/06 – Tributação de Serviços, 218
- 14 Microempreendedor Individual – MEI, 221**
 - 14.1 Características, 221
 - 14.2 Impedimentos, 223
 - 14.3 Desenquadramento, 223
 - 14.4 Retiradas e Limites de Isenção do IRPF, 225
 - 14.5 Outras Disposições, 225

15 Alternativas Tributárias para as MPÉs, 227

- 15.1 Introdução, 227
- 15.2 Normas Gerais, 227
 - 15.2.1 Período de Apuração, 228
 - 15.2.2 Fato Gerador do IR, 229
 - 15.2.3 Base de Cálculo, 231
 - 15.2.4 Contribuinte, 233
- 15.3 Lucro Real, 234
 - 15.3.1 Pessoas Jurídicas Obrigadas à Apuração do IR pelo Lucro Real, 234
 - 15.3.2 Base de Cálculo, 235
 - 15.3.3 Compensação de Prejuízos Fiscais, 236
 - 15.3.4 Custos e Despesas Operacionais – Limitações, 238
 - 15.3.5 Custos, 238
 - 15.3.6 Tributos e Multas, 239
 - 15.3.7 Outras Limitações, 241
 - 15.3.7.1 Perdas por Desfalque, Apropriação Indébita ou Furto, 241
 - 15.3.7.2 Pagamentos sem Causa ou a Beneficiário Não Identificado, 241
 - 15.3.7.3 Provisões, 242
 - 15.3.7.4 Arrendamento Mercantil e Aluguel, 242
 - 15.3.7.5 Custos e Despesas Gerais, 242
 - 15.3.7.6 Despesas com Alimentação, 242
 - 15.3.7.7 Contribuições Não Compulsórias, 243
 - 15.3.7.8 Doações, 243
 - 15.3.7.9 Brindes, 244
 - 15.3.7.10 Contribuições para a Previdência Privada e para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI, 244
 - 15.3.8 Estudo de Caso, 245
 - 15.3.9 Provisão para o IR, 247
- 15.4 Lucro Presumido, 247
 - 15.4.1 Introdução, 247
 - 15.4.2 Conceito de Lucro Presumido, 248
 - 15.4.3 Condições para Opção pelo Lucro Presumido, 248
 - 15.4.4 Percentuais de Presunção, 249
 - 15.4.5 Apuração do Resultado Trimestral, 249
- 15.5 Distribuição de Lucros Isenta, 251